
Entrevista realizada na residência da entrevistada, em Canela,
no dia 29 de março de 2015, por Gunter Axt.

MARISA TEREZINHA CAUDURO DA SILVA



Marisa Terezinha Cauduro da Silva nasceu em Porto Alegre no dia 20 de julho de 1943. Filha de Guaracy Cauduro da Silva e de Nely Silveira da Silva. De seu primeiro casamento, com Gilson Silva da Fonseca, teve três filhos. Casou-se, em 2004, com o subprocurador-geral de Justiça Militar Péricles Aurélio Lima de Queiroz. Começou o curso de Direito em Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, e o concluiu na Universidade Federal do Amazonas, em 1978. Advogou em Manaus e foi, em seguida, aprovada em concurso para técnica judiciária da Justiça Militar, ajudando a instalar, em 1979, a secretaria da Auditoria da 12ª CJM, em Manaus. Em 1984, prestou concurso público para ingresso no Ministério Público Militar, assumindo como procuradora militar de segunda categoria, na 1ª Auditoria da Procuradoria de Justiça Militar da 3ª CJM, em Porto Alegre, em 12 de fevereiro de 1985, onde permaneceu por oito anos. Exerceu, ainda, o cargo de promotora de Justiça Militar em Juiz de Fora. Foi promovida, em 21 de fevereiro de 1995, por antiguidade, a procuradora de Justiça Militar, sendo transferida para o Rio de Janeiro. Em 8 de fevereiro de 1996, também por antiguidade, foi promovida a subprocuradora-geral de Justiça Militar. Em 30 de abril de 1997, foi nomeada para o exercício das atribuições de corregedor-geral do Ministério Público Militar, para mandato de dois anos. Em 26 de junho de 2000, foi eleita, pelo Conselho Superior do Ministério Público Militar, para exercer o cargo de vice-presidente, com mandato de dois anos. Em 9 de maio de 2000, foi designada membro da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar, também para o mandato de dois anos. Em 26 de março de 2002, depois de figurar em lista tríplice constituída a partir de eleição interna, foi nomeada procuradora-geral de Justiça Militar, tomando posse no dia 8 de abril de 2002. Em 18 de junho de 2010, aposentou-se voluntariamente.

Memória MPM – *A senhora é natural de onde?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – De Porto Alegre.

Memória MPM – *Onde a senhora estudou?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Em Porto Alegre. Fiz o primário no Colégio Venezuela e no Colégio Inácio Montanha. No 2º grau, fui interna em Canoas, por cinco anos, no Maria Auxiliadora, um colégio só para meninas. A minha mãe ficara viúva muito cedo, de modo que ela precisou batalhar para manter a família. Foi trabalhar e obteve bolsa de estudos para as cinco filhas, contando com minha irmã de criação. Todas estudaram como bolsistas. Naquela época, esse benefício escolar ajudava a preencher, em parte, a lacuna causada por insuficiência de vagas na rede de ensino público, essencial para quem não dispunha de recursos para custear escolas privadas para os filhos.

Quando meu pai faleceu, eu tinha treze anos. Ele faleceu ao meu lado. Era um domingo de Grenal – o *Grêmio Porto Alegrense* tinha se sagrado campeão estadual e ele era gremista “doente”. Minha irmã mais nova, a Clarice, tinha três anos. E nós íamos a um aniversário. Ele mandou a gente ir se arrumando e disse para avisá-lo quando estivéssemos prontas. Mencionou estar com um pouco de dor de cabeça e achava que podia estar com febre. Deu um problema e em segundos ele estava morto. Foi algo bem chocante. Segundo os médicos, foi um edema pulmonar. Esse fato marcou minha vida.

Meu pai sempre fora um homem saudável. Era inspetor de Polícia, instrutor de voo. Ele adorava voar. A gente voava muito com ele, naqueles monomotores de instrução, teco-tecos. Foi algo tão marcante que, daquele dia em diante, eu acredito que as pessoas têm uma missão para cumprir aqui, nesse

plano terreno. Quando Deus chama, vai na hora. Ninguém é mais importante que ninguém. A vida é frágil e pode ser efêmera. Cada um tem a sua hora.

Memória MPM – *Ele que era Cauduro?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Sim, meu pai era Cauduro. Meus bisavôs, avôs dele, vieram do norte da Itália, num navio, com os oito filhos, em torno de 1880. Era uma família numerosa. Acho que os Cauduro são todos parentes, porque vieram da mesma região. Mas a família se espalhou.

Memória MPM – *E a sua mãe, tinha profissão?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – A minha mãe costurava em casa. Quando meu pai faleceu, minha avó tinha ficado viúva e morava conosco. Era a casa das sete mulheres: cinco filhas, a minha avó e minha mãe. O padre Emílio, do Colégio Anchieta e do Círculo Operário, arranhou serviço para a minha mãe, um trabalho em um escritório. Depois, ela fez concurso para agente penitenciária e foi trabalhar no Manicômio Judiciário de mulheres em Porto Alegre. Ela falava para as senhoras: “As minhas filhas vêm aqui no domingo.”, quando ficava de plantão. Daí, elas preparavam um bolo. Aquelas senhoras de cabelo branco pediam bênção para nós. A gente achava meio estranho. As perigosas, mesmo, ficavam dentro das celas. Todas ali tinham matado alguém.

Bem, mas voltando aos estudos, achei fantástico o internato! Aprendi a comer banana com garfo e faca...[risos]. Tirando esses exageros, me dei muito bem com as freiras. Na verdade, aprendi logo que tinha que ser bem amiguinha delas, porque se não...

Depois de finalizado o 2º grau, me casei, com um militar, recém-saído da Academia. Fomos morar em Santa Maria, onde nasceram meus

dois primeiros filhos. Depois, fomos para Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão e voltamos a Porto Alegre, em uma rápida passagem, donde nos transferimos para o Rio de Janeiro. De lá, para Manaus e de volta para o Rio, onde nos divorciamos, depois de dezessete anos de casamento. Ele sempre foi um pai zeloso para meus filhos. No Rio de Janeiro tivemos nossa terceira filha, dez anos depois de casados. Ela mora em Brasília.

No Rio de Janeiro, comecei a me questionar se a vida seria só isso: uma casa, cuidar dos filhos... Aquilo me incomodava. Eu dependia integralmente do meu marido. Tínhamos ido para o Rio de Janeiro porque ele foi cursar a Escola de Educação Física. Eu desejava voltar a estudar. Quando fomos morar em Cruz Alta, retomara os estudos. Passei um ano inteiro estudando para o vestibular. Conquistei o oitavo lugar depois de ter parado bastante tempo.

Memória MPM – *Fez vestibular onde? Em qual Universidade?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Fiz em Cruz Alta.

Memória MPM – *Vocês ainda estavam casados, então?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Sim. Eu estava com trinta e dois anos. No segundo ano do curso, fiquei grávida. Mas ela nasceu no Rio de Janeiro, para onde retornamos para ele cursar a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Eu fui até a Universidade Gama Filho para me matricular, mas já estava com cinco meses de gravidez, com uma barriguinha. Para ir de carro, era impossível, tinha que chegar às 4h30 para conseguir uma vaga no estacionamento. Fui duas vezes de ônibus, mas era difícil. Decidi que não dava e tranquei a Faculdade.

Quando meu marido concluiu a EsAO no Rio, fomos para Manaus. Matriculei-me na Universidade Federal do Amazonas e terminei o curso, mas corri atrás do tempo perdido. Cursei minha Faculdade em quatro anos e meio. Quando me formei, já trabalhava com um advogado, meu professor, Dr. Ralf Proença; ele tinha um bom escritório. Para os clientes pobres que chegavam lá, ele dizia: “Sou um advogado que cobro bem, agora, a minha colega ali, não.”. Daí, me encaminhava os mais pobres. Era um jeito que ele tinha de atender, também, aos mais pobres. Para mim foi bem gratificante. Trabalhei muito na Justiça do Trabalho, para pessoas que precisavam mesmo.

Memória MPM – *Essa advocacia foi em Manaus?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Isso, em Manaus. Quando me formei, o Dr. Ralf começou a me incumbir de audiências judiciais. Ele tinha horror de avião, então fui a uma audiência em Rio Branco, no Acre, no lugar dele. Foi minha primeira audiência. Estranhei a diferença de fuso horário em relação a Manaus. A cidade era muito simples, organizada em torno de uma praça central. Tinha mais buraco do que asfalto. No restaurante do hotel, considerado o melhor da cidade, havia apenas uma opção, e tudo o mais, que constava no cardápio, não tinha na prática. Havia muitas moscas, por tudo! Depois do almoço, fui descansar. Acordei perto das 16 horas, olhei pela janela e não enxergava mais a praça, tanto era o pó! Os carros iam passando e levantando poeira. Era domingo e o pessoal ia passear de carro no entorno da praça. Eu me formei em Manaus e minha primeira audiência foi no Acre.

Quando cheguei à audiência, estranharam, pois estavam esperando um advogado e, de repente, chegava “uma fada” – eu aparentava ser mais jovem do que era. Eu comentei: “Olha, sou tão advogada quanto o senhor, não sou

fada, sou uma advogada.”. O juiz era tão neófito, na condução do processo, que praticamente conduzi a audiência. Sem exagero. A sentença saiu um ano depois, favorável à “fadinha”.

Logo em seguida abri um escritório, em Manaus, com uma colega, muito próxima. Íamos aos maiores escritórios da cidade, a maioria pertencentes a ex-professores, e dizíamos que estávamos aceitando clientes que eles não podiam atender, que mandassem para nós, pois estávamos iniciando nosso escritório, que estava muito bem-instalado. Para diferenciarmos, passamos a utilizar papel rosa. Em uma audiência, na Justiça do Trabalho, um advogado reclamou do nosso papel cor-de-rosa. Então, o juiz perguntou: “O senhor está conseguindo ler? Porque isso é o que interessa e não a cor do papel.”. O juiz tinha sido nosso professor e nos defendeu, já que o papel rosa não era proibido. Isso marcava nossa atuação!

Nessa época, abriu concurso para técnico judiciário da Justiça Militar. Como eu era casada com um militar que estava sempre na iminência de uma transferência, achei que seria uma boa opção. A Auditoria Militar da 12ª Circunscrição estava sendo instalada em Manaus e eles queriam servidores da região. Tirei o primeiro lugar no concurso. Assim, ajudei a instalar a Auditoria. Um ano depois, assumi a direção da secretaria. Foi bem interessante. Permaneci cinco anos atuando como servidora da Justiça Militar.

Memória MPM – *Como era a rotina da Auditoria? Algum caso que tenha lhe chamado mais a atenção?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Sim, um julgamento em que Luiz Inácio “Lula” da Silva, então sindicalista, mais tarde presidente da República, era réu. Lula fora enquadrado na Lei de Segurança Nacional

por uma frase proferida em um comício em Brasília, no Acre, em 1980. O comício era em protesto pelo assassinato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. Pouco depois, um capataz, acusado dessa morte, foi linchado por sindicalistas. Lula foi acusado de incitamento à violência. O julgamento aconteceu em março de 1984. Muitos famosos compareceram, como a cantora Fafá de Belém, então no auge do sucesso, e a atriz Dina Sfat. Também estava lá o deputado federal Miguel Arraes. Os réus foram defendidos por Eduardo Greenhalgh, Sepúlveda Pertence e Heleno Fragoso, grandes advogados. Foi um acontecimento! Havia muito interesse da imprensa. Os réus foram absolvidos.

Memória MPM – *E o ingresso no Ministério Público?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Durante esse período na Justiça Militar eu já focava o Ministério Público. Os concursos haviam sido retomados, depois de longo período, mas se exigia quatro anos de prática forense. Por coincidência, quando consegui fechar o tempo necessário, abriram os concursos para a Advocacia de Ofício – atual Defensoria Pública da União, e o MPM. Fiz os dois concursos. Depois de cinco anos atuando na função de diretora da secretaria da Auditoria, eu estava muito experiente e julguei que esse seria o caminho. Obtive o 2º lugar no concurso nacional para advogado de ofício, e 4º lugar no Ministério Público Militar. Na época, os cargos da carreira do MPM eram denominados procurador militar de segunda e primeira categoria, sendo que o cargo dos subprocuradores-gerais era comissionado. Essa nomenclatura, diziam, atendia à paridade de cargos com os procuradores da República e procuradores do Trabalho. Fui chamada para assumir a vaga de advogado de ofício titular na Auditoria da 5ª CJM, em Curitiba, antes do previsto, pois o candidato, um juiz de Pernambuco, que

passara em primeiro lugar, desistira. Um parêntese: naquela época, os cargos de advogado de ofício eram providos pelo Superior Tribunal Militar, porque ainda não havia sido criada a Defensoria Pública da União. Era um quadro pequeno, com um advogado titular e dois substitutos em cada Auditoria, cumprindo-lhes a defesa dos praças e dos necessitados. Embora inseridos no organograma do STM, possuíam completa independência na função, e não tinham chefia institucional, apenas relação administrativa com o Tribunal. Fui lá para conhecer a Auditoria, o juiz, o representante do Ministério Público, todos muito solícitos. Mas como pretendia tomar posse em seguida no MPM, abri mão da posição no certame. Assim, fui deslocada para o último lugar da lista de aprovados. Logo em seguida, saiu a nomeação dos aprovados do concurso do Ministério Público e escolhi a lotação em Porto Alegre, minha cidade natal! Assim, ingressei efetivamente no Ministério Público Militar.

Quando assumi na capital gaúcha, fui morar com minha mãe, na casa dela na Glória, um bairro de classe média, tipicamente familiar. No primeiro dia chamei um táxi, para ir à Procuradoria; saí de casa, com minha beca de promotora dobrada sobre o braço, e uma pasta. Minha mãe me levou até o portão. Como as vizinhas ficaram todas olhando, ela, que lutara tanto para estudarmos, falou, orgulhosa: “Minha filha é procuradora!”. A satisfação e o orgulho da minha mãe retribuíram todo o esforço que eu fizera para chegar ali. Afinal, ela se sacrificara tanto por nós. Estava radiante!

Memória MPM – *Qual foi o ano da sua posse?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Foi em 1985, em 12 de fevereiro.

Memória MPM – *E como era a dinâmica do trabalho na Procuradoria?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – A infraestrutura era precária, quase inexistente. Nós trabalhávamos em uma sala muito pequena, nem posso chamar de gabinete. O procurador João Jayme de Araújo, já antigo na Procuradoria, me recebeu muito bem, só que eu não tinha mesa para trabalhar! Os móveis que existiam, mesa e cadeiras, foram instalados lá pelo próprio Jayme, às expensas dele mesmo. Quando cheguei, gentilmente, como é do seu feitio, me ofereceu o lugar, mas recusei. Assim, sentei no sofá. Como fazia dois anos que ele não parava, resolveu tirar merecidas férias. Na ausência dele, ocupei a sua mesa e cadeira. Como eu era concursada e ele não, passei a ser a mais antiga, devido à lei. Conhecimento e experiência, tenho certeza, ele tinha muito mais do que eu. Não tínhamos telefone, nem secretária, nem papel. Somente uma máquina de escrever manual. Acabava o papel, tínhamos que pedir o favor à Auditoria de nos emprestar.

Memória MPM – *Onde funcionava a Auditoria?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – A Auditoria funcionava na rua General Portinho com a rua Duque de Caxias, onde ainda está. O Jayme ficou dois meses de férias e me deixou os seus contatos em caso de urgência. Eu não tinha experiência nenhuma de Ministério Público. Não precisei recorrer a ele, afinal, porque, quando encontrava dificuldades, consultava os livros. Acho que, para mim, foi até bom o Jayme ter entrado em férias, pois isso me obrigou a tomar decisões. Se ele estivesse lá, eu ficaria perguntando. Estudando, a gente aprende melhor.

O primeiro caso que me marcou no início da carreira foi um acidente aéreo, acontecido próximo a Porto Alegre, em dezembro de 1984, uns dois meses, portanto, antes de eu assumir. Uma colisão em pleno ar entre uma

aeronave de caça *F-5*, da Força Aérea Brasileira e um bimotor civil pilotado por um promotor de Justiça do Rio Grande do Sul. O *F-5* atingiu o avião privado, causando-lhe danos que levaram a sua queda, com a consequente morte do piloto civil. Com muita habilidade e perícia, o aviador militar conseguiu pousar na Base Aérea de Canoas. O fato repercutiu muito, alcançando destaque na primeira página do jornal *Zero Hora*. Uns quinze dias depois de ter assumido a Procuradoria, recebi uma comitiva da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, que foi lá questionar o andamento do inquérito policial militar sobre o acidente. Constatei que não havia inquérito nenhum. Prometi tomar providências. Em função desse episódio, aliás, acabei sendo posteriormente convidada para me associar à Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul e até hoje tenho uma ótima relação com os promotores e procuradores de Justiça deste Estado.

Oficiei ao comandante do Comando Aéreo Regional da FAB em Canoas, requisitando a abertura do inquérito e o comandante-brigadeiro me respondeu que não havia necessidade de abrir um inquérito. Oficiei novamente, e reiterei o pedido da necessidade do andamento legal. Ele me mandou, como resposta, um ofício de conteúdo arrogante. Liguei para o procurador-geral, Dr. Milton Menezes e relatei o que estava acontecendo. Ele recomendou que tentasse mais uma vez, e, caso não obtivesse o resultado desejado, deveria representar contra o oficial-general. Oficiei mais uma vez; ele não respondeu, mas enviou um coronel ao meu gabinete para esclarecer sua negativa. O coronel era formado em Direito e tinha a incumbência de me convencer a não abrir o inquérito policial. Argumentou que o piloto da aeronave militar não era culpado. Nessa circunstância, eu disse: “Coronel, vou lhe falar francamente, se esse inquérito não for aberto imediatamente, vou

representar contra o comandante”. Ele solicitou usar o telefone da Auditoria, eu autorizei. Ele foi enfático com o brigadeiro, no sentido da abertura e de que eu estava correta. Disse-me, depois, que o brigadeiro me convidava para um jantar na residência oficial do comandante do COMAR, naturalmente para insistir na sua posição. Aceitei esse desafio. Marcaram dia e horário. O pessoal falava que eu não deveria ir, que seria constrangedor. Perguntei: “Gente, o que ele vai fazer? Ele não vai tirar minha convicção!”. Chegou o dia combinado, o coronel e a esposa passaram na minha residência e fomos juntos. Fui bem-recebida. Estava lá a esposa do brigadeiro, uma filha e a neta, e esse coronel com a esposa. Conversamos sobre vários assuntos, menos o inquérito do acidente. Foi servido um jantar ótimo, ele sentado em uma cabeceira e eu na outra. Jantamos, cafezinho; no final, ele falou: “Doutora, segunda-feira abrirei o inquérito.”. Isso era uma sexta-feira. Quer dizer, primeiro ele relutou, depois, acho que se convenceu de que minha requisição estava perfeitamente correta. E realmente, o inquérito foi muito bem-conduzido, pelo coronel que ele enviou para me convencer.

Com aquele inquérito aprendi muitas coisas, como que “vento tem perna”: são dados técnicos que desconhecia, pois, minha área é jurídica. A transcrição da gravação da conversa da torre de controle demonstrou que o promotor que pilotava o bimotor não revelara sua correta posição de voo, porque a torre reportou-lhe que deveria voar a 2.500 pés, em função de manobras dos caças, posição que ele confirmou minutos depois. O acidente ocorreu justamente na rota dos jatos, no chamado “corredor de Butiá”, num espaço aéreo privativo para o voo dos caças da Base Aérea de Canoas, que naquele dia realizavam manobras. Depois foi explicado que ele voava abaixo da altitude solicitada porque isso reduzia o consumo de combustível, e estava

indo para uma cidade próxima a Porto Alegre. O inquérito foi feito, arquivado, depois a família entrou na Justiça para ser indenizada pela Força Aérea, mas não obteve sucesso, sendo o IPM considerado uma peça jurídica importante para o deslinde da causa, em face das perícias e exames técnicos. Anos mais tarde, eu já não estava mais em Porto Alegre, pediram para ser reaberto o inquérito, pois haviam localizado novas testemunhas que teriam visto o choque dos aviões. Mas, realmente, foi só abrir e encerrar novamente, pois a ilusão de ótica nesse caso é fantástica. Não seria possível acolher um depoimento de alguém que estava em solo e pudesse contribuir com informações de um fato ocorrido a mais de 3.000 pés de altitude. Esse processo foi marcante.

Em dezembro, eu estava de férias em Porto Alegre, e nunca pensei que a notícia que lera na capa da *Zero Hora* seria meu primeiro caso. Mas, a despeito de toda a tragédia, o Ministério Público Militar começou a se relacionar com o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, e isso foi um desdobramento positivo. O Ministério Público Militar em Porto Alegre era pequeno, três membros apenas. Não tínhamos solenidades ou eventos. A partir do inquérito, passamos a ser convidados para as solenidades do Ministério Público do Estado.

Memória MPM – *Em 1985, entrando no Ministério Público, promotora, jovem, na área militar, chegou a sentir algum tipo de estranhamento pelo fato de ser mulher?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Existiam, já, algumas procuradoras militares, mas poucas. No Rio Grande do Sul, tinha passado uma colega cujo marido era de Bagé, para onde então ela foi. Em Porto Alegre, contudo, quando cheguei, houve certo estranhamento. Não do Jayme,

com certeza. Mas eu senti que havia quem achasse que mulher poderia ser mais maleável, menos firme. Eu nunca fui assim, pelo contrário! O ministro Eduardo Pires Gonçalves, nosso procurador-geral no final dos anos 1980, dizia que eu era uma procuradora “carne de pescoço”. Acho que denunciar alguém no âmbito de um processo criminal é uma carga muito pesada, que, às vezes, pode ser carregada ao longo de toda uma vida, de modo que eu sempre examinava os processos procurando elementos que me permitissem ter a convicção sobre meu posicionamento, em especial para oferecer a denúncia. Convencida da necessidade de denunciar, ia até o fim. Se o juiz optasse pela absolvição, recorria até a última instância. Não desistia.

Memória MPM – *Talvez haja uma imagem de que a juíza ou a promotora sejam mais sensíveis, mais tolerantes. A senhora acredita que há um olhar feminino sobre o exercício da profissão, diferente do masculino?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Acho que pode haver, sim, mais sensibilidade para examinar uma questão, mas não tolerância. Porque, sensibilidade, acho que faz parte também do gênero feminino. Mas, creio que aplicar a lei e ir a fundo naquilo em que se acredita, não compromete a sensibilidade. As mulheres podem demorar mais para formar o seu convencimento, porque avaliam uma questão sob múltiplos ângulos. Mas, ao fazê-lo, podem se revelar bastante firmes na defesa de suas convicções.

Memória MPM – *A senhora seria um exemplo nesse sentido?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Recordo-me de um episódio em que dois rapazes de uns dezoito anos (não estavam servindo no Exército ainda) foram presos fumando maconha em área militar, no Morro Teresópolis, em Porto Alegre, onde havia um quartel. Eram moradores das imediações

do morro. Foram presos em flagrante: dois jovens da periferia, sem trabalho, de família pobre. O crime seria configurável, numa perspectiva formalista. Há juízes que não hesitariam em condená-los. A juíza negou o pedido de relaxamento da prisão. Entrevistei os rapazes no meu gabinete, em companhia das mães. Era gente simples. Disse-lhes: “Arranjem um trabalho, agora, hoje! Jardineiro, cortador de grama, enfim, porque o advogado vai entrar com um *habeas corpus* para vocês serem libertados.”. Eles prometeram e assim o fizeram. O Tribunal concedeu o *habeas corpus*. O Ministério Público tem de defender a lei, a justiça e não se comportar como um carrasco. A lei precisa ser cumprida, mas não é possível que seja aplicada sem que se leve em consideração o contexto humano. É assim que caracterizo a sensibilidade à qual me refiro. Condenar dois coitados, que mal tiveram acesso à educação, que estavam começando as suas vidas?...

Mas a juíza ficou inabalável e designou uma inspeção, no local do fato, para se certificar que estavam efetivamente em uma área militar. Subimos o morro, a juíza, os membros do Conselho, eu, a defensora, para ver se realmente era área sob administração do Exército. Um dia frio de agosto, em meio a um inverno rigoroso. Precisamos subir a pé. Nem demarcação explícita do terreno havia: eram mato, grama, árvores... Concluimos a diligência e apreciamos uma vista linda de Porto Alegre. Hoje recordo como um episódio pitoresco...

Memória MPM – *Havia algum processo relativo à Lei de Segurança Nacional?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Não, nenhum. Acho que a competência já estava saindo da Justiça Militar nesse momento. Estávamos nos encaminhando para a reconstitucionalização do país.

Memória MPM – *Qual era a rotina do trabalho na Procuradoria?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Havia muita incidência de deserção, principalmente no quartel de Cavalaria. Os jovens iam servir na Cavalaria sonhando em cavalgar, mas a rotina no dia a dia com a qual se defrontavam era bem mais dura. O serviço de limpeza de baias, escovar cavalos, limpar os cascos, em seu conjunto, é pesado.

Também encontrei alguns casos de peculato, coisas bem graves até, de desvio de verba e mercadoria, envolvendo oficiais. Nesses casos, fui bastante dura, porque se tratava de desvio de verbas públicas cometido por oficiais encarregados de administrar bens das Forças Armadas. Inaceitável!

Outro caso que me marcou bastante foi um erro médico, cometido por um tenente, ou capitão, anestesista, em uma cirurgia. Na hora de entubar uma paciente, ao invés de colocar na traqueia, colocou o oxigênio no esôfago. O cirurgião começou a fazer a incisão e percebeu que o sangue dela estava muito escuro, identificando a falha. Ela teve sequelas: seis meses em coma, tomou cortisona e engordou, ficou toda trêmula. Nos autos, estavam os desenhos que ela fazia à nanquim e aquarelas lindas! Ela cantava em um coro e tinha uma voz belíssima. Havia as fotos dela, antes e depois. Deixou de pintar, de cantar. Uma coisa absurda!

Memória MPM – *Ela era militar? Esposa de um militar?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Era esposa de um subtenente, se não estou enganada. O advogado do réu, muito experiente, um juiz aposentado, o Dr. Dariano, já falecido, era uma figura fantástica! Eu o admirava muito. Eloquentes, conseguiu absolvê-lo. Claro, eu recorri! Depois, o

Tribunal transformou a decisão e o réu foi condenado, perdendo a função. Foi um erro muito crasso. Quando acabou o julgamento (o Dr. Dariano em uma semana faria uma cirurgia), disse-lhe: “Ah, já que esse anestesista lhe pareceu tão bom, contrate-o.”. Ele falou “Você está louca! Você é minha amiga ou o quê?”.

Memória MPM – *Qual era a área jurisdicionada pela Procuradoria em Porto Alegre?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – A Grande Porto Alegre, incluindo a Base Aérea de Canoas e a Capitania dos Portos, em Porto Alegre, onde havia muito problema com a falsificação de Carteira de arrais amador.

Memória MPM – *E de Porto Alegre, para onde a senhora foi?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Fiquei oito anos em Porto Alegre e foi gratificante, porque tinha minha mãe, minhas irmãs, meus filhos. Estava sempre com os filhos e isso me deixava muito satisfeita. Mas sentia que a carreira precisava andar. Queria ir para o Rio de Janeiro. Aí o procurador-geral falou: “Vá para Juiz de Fora, que depois você consegue ir para o Rio.”. Fui para Juiz de Fora, onde fiquei dois anos e meio.

Lá também não tinha uma Procuradoria instalada. Havia uma sala no Juízo com uma escrivaninha, e só. Em Porto Alegre, eu tinha conseguido uma mesa de trabalho com o juiz, que a retirara do depósito. Era uma mesa de madeira compensada; saíam lascas inteiras dela. Então, em Juiz de Fora, dividia a mesa com o hoje ministro Olympio [Pereira da Silva Junior]. Eu já o conhecia, pois quando fui diretora de secretaria em Manaus, ele substituiu um membro, justamente naquele julgamento do Lula e a gente lhe deu apoio.

Então, ele sentava de um lado e eu, do outro da mesa. Hoje, a gente conta isso e ninguém acredita.

Depois, o Olympio conseguiu um imóvel para instalar a Procuradoria. Foi a primeira sede da Procuradoria em Juiz de Fora. Ficava imediatamente ao lado da estrada de ferro. Quando o trem passava, aquilo tudo tremia. Não conseguíamos nem falar com aquele barulho. Eram aqueles trens de carga, com muitos vagões. Ao final do dia, nosso cabelo ficava cheio de pó de cupim, que caía da cobertura interna. Pela manhã, encontrávamos as mesas cobertas desse resíduo dos cupins. Mas para nós era gratificante ter um espaço nosso. Tínhamos telefone, nosso papel, e até um secretário administrativo. Brasília enviara-nos um servidor para o apoio de secretaria.

Memória MPM – *E mudou a natureza dos feitos em relação a Porto Alegre?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Olha, lá era bem mais tranquilo. Verificava-se, também, a incidência de deserção. Mas, em geral, era tudo muito pacato, devagar quase parando. Se bem que houve um caso rumoroso de um subtenente que assassinou um tenente. O subtenente se separou da mulher – em Brasília – e ela foi morar em Sete Lagoas, onde começou a namorar esse tenente. O subtenente saiu de Brasília, foi direto para Sete Lagoas, à casa da mãe dessa mulher, onde, perguntando por ela, descobriu que fora a um baile com o tenente, que estava hospedado no hotel militar. O subtenente foi ao hotel, lá pelas duas horas da madrugada, e mentiu para o guarda, dizendo que estava hospedado; se escondeu nos arbustos e matou o tenente quando ele chegou... É difícil de acontecer um homicídio passional dentro das Forças Armadas.

Memória MPM – E no Rio de Janeiro?

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Fui para o Rio em 1995, mas, um ano depois, em fevereiro de 1996, aceitei a promoção a subprocuradora-geral, indo para Brasília. No Rio, foi gratificante o convívio com vários colegas que lá estavam... Eu promovia jantares em minha casa. Os juízes também participavam desse convívio agradável, afinal, a Procuradoria ainda se abrigava dentro da Auditoria. Mas foi uma passagem breve.

Após várias consultas, sobre o desejo de ser promovida, aceitei. Mas, no início de 1996, achei que tinha finalmente chegado o momento. Fui para Brasília num contexto peculiar, já como candidata a procuradora-geral no pleito de março de 1996. Vê que ousadia! Mas foi porque os colegas do Rio queriam um candidato que fosse de lá. Eu me relacionava bem com todos e aceitei concorrer. Em Brasília, foi uma decepção grande, porque no primeiro grau há sempre muita comunhão entre os colegas. Há amizade, entrosamento. E achei que em Brasília também seria assim. Na realidade, não era. Parecia que sempre alguém queria sobrepujar os demais. Eu fui, vamos dizer, de “sangue doce”. Achando que se fosse eleita o pessoal iria ajudar. Mas era ingenuidade e entrei de gaiata nessa eleição. Naturalmente, elegeu-se colega que já estava em Brasília havia muito tempo, bastante político, o Kleber [de Carvalho Coêlho]. Quem me recebeu em Brasília foi o Péricles [Aurélio Lima de Queiroz], pois ele estava na condição de procurador-geral interino. O anterior, Marco Antonio Pinto Bittar, renunciou ao cargo em dezembro de 1995, aposentando-se antes do final do mandato, de sorte que ele assumira interinamente; promoveu a eleição e ficou até a posse de Kleber, no início de abril de 1996, quando foi escolhido vice-procurador-geral. Em abril de 1997, fui nomeada corregedora-geral.

Memória MPM – *Como foi essa nomeação?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – O titular renunciou. Primeiro assumi na condição de primeiro suplente de corregedor-geral, mas, em seguida, fui eleita pelo Conselho Superior por unanimidade, que me confirmou no cargo por dois anos. Os que pretendem ocupar a vaga candidatam-se e a votação acontece no Conselho Superior, que elabora uma lista tríplice, a partir da qual o procurador-geral faz sua escolha. Ele me chamou ao gabinete para me comunicar a sua decisão. Eu disse que aceitaria, se pudesse implantar as correições nas Procuradorias, que, até então, não eram feitas. Nesse sentido, estávamos atrasados em relação aos outros Ministérios Públicos, nos quais o corregedor fazia inspeções, cobrava relatórios, orientava sobre como proceder. Não existia nada disso no MPM. Quando assumi, uma turma de promotores que já estava no quarto mês do estágio probatório não tinha passado por nenhuma inspeção. Não havia nem pastas individuais para eles! Comecei a fazer as visitas e instalei as correições, que hoje são um procedimento plenamente incorporado. Passei, também, a integrar o Conselho Nacional de Corregedores, órgão no qual atuei como secretária. Foi uma experiência estimulante perceber a dinâmica ministerial numa perspectiva nacional e em todas as suas variantes.

Memória MPM – *Não foi reconduzida ao cargo de corregedora-geral?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Não, por questões políticas, suponho. O procurador-geral da época tinha as suas preferências. A maioria das sessões de Tribunal quem fazia era o vice-procurador-geral, que era o Péricles. Então, ele tinha tempo para se dedicar à política institucional. Tenho a impressão que ele achava que, nas minhas correições, eu fazia alguma

articulação com vistas a uma futura eleição. Mas o meu trabalho sempre foi em prol da correição, eminentemente técnico. Embora já tivesse me candidatado uma vez, não tinha como projeto de vida ser procuradora-geral. Eu apenas aceitara uma indicação dos colegas, naquela oportunidade. Enfim, se eu fosse reconduzida, continuaria visitando as Procuradorias e teria um contato mais estreito com todos os colegas.

Memória MPM – *Mas por quê? O mandato de um procurador-geral é de dois anos, renovável por mais dois: quatro anos é o tempo máximo de permanência. Se ele fora eleito em 1996 e reeleito em 1998, seu mandato se encerraria em 2000. É isso? Por acaso, ele queria mudar a lei para conseguir uma segunda recondução? Ou estava comprometido com um candidato?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Pois é, talvez você tenha “matado a charada”... Se na Lei Orgânica fosse inserido o “podendo ser reconduzido”, não importaria mais por quantos anos: alguém poderia permanecer *ad aeternum* na posição. Sempre fica um colega durante as férias, de plantão. Em 2000, casualmente, em janeiro, eu estava em Brasília. E soube, também casualmente, que o presidente da República havia enviado ao Congresso um projeto para mudar nossa Lei Orgânica, de modo a permitir eleição sucessiva sem limite para o procurador-geral. O procurador-geral Kleber havia feito gestões políticas junto ao Executivo e havia logrado êxito. Não recordo quem me alertou para isso: “Marisa, te vira aí.”. Consegui me reunir, no início da manhã, com um grão-mestre da Maçonaria, e relatei o assunto. Ele me pegou pelo braço e me levou, naquele momento, diretamente para o Congresso, porque o projeto seria votado à tarde. Falamos com o deputado Antônio Carlos Biscaia, do Partido dos Trabalhadores, que fora procurador-geral do Rio de Janeiro. Ele mobilizou os colegas. Também conversamos

com o Agnelo Queiroz, do PCdoB, que foi governador do Distrito Federal. Em outubro, tinha havido um congresso da CONAMP, Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, em Curitiba, e uma das conclusões era que não se proporião mudanças na Lei Orgânica do MP sem prévia e ampla discussão sobre o assunto. E, neste caso, estava havendo articulação dissimulada.

Memória MPM – *Uma alteração na Lei Orgânica afetaria todos os ramos do Ministério Público da União.*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Sim. Eu tinha essa resolução em mãos. Ao vê-la, o então deputado Agnelo Queiroz se inscreveu imediatamente para debater o assunto na tribuna. Estavam em andamento sessões extraordinárias. Iria “passar batido”, em pleno recesso. Corríamos o risco de “fujimorização” do Ministério Público. Disse-lhe isso. Por volta das seis horas da tarde, o deputado Antônio Carlos Biscaia me telefonou dizendo: “Doutora, a senhora venceu!”. Respondi: “Não, não fui eu, mas o Ministério Público quem venceu”. Diz-se que o deputado Agnelo foi para plenário com uma folha enorme que brandia: “Querem a ‘fujimorização’ do Ministério Público!”, usando exatamente minha expressão. Bom, quando eu saí da Procuradoria naquele dia, pela garagem, os motoristas me felicitaram: “Parabéns, doutora!”, porque não havia concordância com essa mudança.

Memória MPM – *Bem, ele era conhecido por ser dado a arroubos.*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Contam-se muitas estórias! Principalmente dos acessos de impulsividade!

Memória MPM – *Mas vocês chegaram a fazer uma viagem oficial juntos, não é?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Sim, em 1998, quando eu ainda estava na Corregedoria-Geral fomos convidados para visitar oficialmente a República de Angola; o país ainda estava em guerra civil.

Memória MPM – *Por que Angola?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Em Brasília, os adidos militares das Embaixadas visitam a Procuradoria-Geral de Justiça Militar e a partir daí se fomenta uma interlocução. Em Angola, queriam entender como funcionava o nosso processo penal militar e a nossa Justiça Militar, porque estavam empenhados em encontrar caminhos institucionais para o pós-guerra, e, dar tratamento correto aos crimes militares, era algo que adquiria centralidade nessa dinâmica. Estabeleceu-se um intercâmbio.

O país estava semidestruído. Não podíamos colocar o pé fora do hotel sem um forte aparato de segurança nos acompanhando. Fomos a Namíbia visitar uma base de mísseis, e à Lubango, duas províncias distantes da capital, Luanda. Viajamos pelo interior. A experiência foi interessante, instrutiva. Compensava, o ambiente de tensão decorrente do quadro de guerra, a gentileza dos militares e do pessoal do Governo, que se esforçavam para que nos sentíssemos confortáveis. E foi uma oportunidade única, porque pudemos conhecer, também, o interior do país e a aplicação da Justiça Militar em operações de guerra.

Mas esse esforço era em parte neutralizado porque, de certa forma, estávamos sempre em sobressalto em função das reações do chefe da comitiva. Ele se apegava a detalhes, de imagem, *status* e protocolos, e se comportava com arrogância, especialmente com funcionários e prestadores de serviços, como se todos lhe devessem obediência e submissão. Esse clima já começou

no aeroporto, no Rio de Janeiro. Eram pequenas coisas, que acabavam incomodando, gerando uma tensão desnecessária.

Mais tarde, em outubro de 2002, quando então eu já era procuradora-geral, fomos novamente a Angola. O país já estava pacificado. Luanda estava reconstruída, com viadutos, avenidas, inúmeros prédios públicos e privados. Foi uma experiência bem interessante e foi gratificante ver o país se refazendo.

Houve um episódio pitoresco. Como costumava acontecer nessas ocasiões, ofereceram um jantar para nós. Creio que era no *Hotel Sheraton*, na orla, um lugar lindo! Havia diversos convidados ilustres. O procurador-geral da República e o ministro da Justiça de Angola se posicionaram na entrada, recepcionando os convivas. O procurador-geral me apresentou, só que, nessas apresentações rápidas, geralmente não se grava o nome. Ficou meio nebuloso quem eu era. Logo em seguida, o ministro da Justiça vira para o procurador-geral e pergunta: “Escuta, o procurador-geral não vai vir?”. “Mas chegou há muito tempo, é a Dra. Marisa!”. “Como? Uma mulher?”. “Sim, senhor!”. Ele levou um susto! Como uma mulher?... Depois, nos outros dias em que a gente se encontrava, ele passava por mim e falava, mexendo a cabeça: “Sim, senhor. Sim, senhor.”. Ficou muito impressionado que o procurador-geral de Justiça Militar do Brasil fosse uma mulher [risos].

Voltamos a Angola no ano retrasado. Dessa vez, fui acompanhando o Péricles, porque ele foi convidado para ministrar uma palestra. Portanto, fui três vezes a Angola.

Memória MPM – *Chegou a haver a eleição para a recondução da Corregedoria?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Houve. Eu me candidatei. O procurador-geral queria que formasse uma lista tríplice. Mas os colegas já sabiam que ele não queria me nomear. Então, ninguém entrava na lista, só eu. Tomou uma decisão em desacordo com a lei: nomeou-me, interinamente, para não ter de me nomear definitivamente. Não existe essa figura. Então, fiquei respondendo interinamente. Depois de um ano nessa interinidade, outro colega foi nomeado. Ser corregedor é uma enorme responsabilidade! Tive casos em que colegas me ligavam às 5 h 30 min da manhã, 6 h da manhã. E você tem que ouvir o colega, tem que orientar.

Recordo-me de um episódio envolvendo uma colega no Rio, que tinha dificuldades de relacionamento funcional com os servidores. Abrimos uma sindicância. Ouvi dezesseis pessoas, todas desfavoráveis à colega. Ela estava desajustada dentro daquele sistema. Ser corregedor não é brincadeira. Você tem que orientar e se for o caso, promover a correição e punir.

Memória MPM – *Chegou a aplicar alguma punição como corregedora?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Não exatamente, porque os casos são levados ao Conselho Superior, que abre um inquérito administrativo, uma sindicância. Mas é o corregedor quem leva o fato ao Conselho.

Numa oportunidade, fui a Manaus, fazer uma correição. Em Manaus, o trabalho é fatigante, porque lá jurisdiciona Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. É um mundo! Há muitos locais em que só se chega de barco. Tínhamos audiência de manhã e de tarde, todos os dias. Eu conhecia a Procuradoria não apenas da época em que fui secretária da Auditoria, mas, também, em 1991, quando ainda estava em Porto Alegre, tinha ido lá fazer uma substituição. Bem, quando fiz a correição, toda aquela montanha de

trabalho era enfrentada por uma única procuradora, a Dra. Maria de Nazaré [Guimarães de Moraes]. Fiz um elogio ao trabalho dela, porque mantinha tudo em dia e em perfeita ordem. Então, o corregedor não é só aquele que fiscaliza e pune, mas também quem realça os bons exemplos. É preciso muita responsabilidade no desempenho da função.

O clima realmente estava se deteriorando na relação com o procurador-geral. Antes de ser afastada da interinidade, eu já nem queria ir a cerimônias oficiais, porque ele partia do princípio de que o procurador-geral tinha de ir num carro oficial somente para ele, bem mais à frente, que tomasse distância dos demais. À corregedora-geral cabia um segundo veículo, que era então um *Opala* velho, em más condições mecânicas, que ia pelo caminho engasgando, cuspidando fumaça, fazendo um barulho desagradável. Chegou a um ponto em que me recusei a me submeter àquela cena.

Memória MPM – *E como foi a campanha para procuradora-geral?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Fui dispensada do exercício das funções de corregedora interina em setembro de 1999. Em março de 2000, me inscrevi para a eleição de procurador-geral. Era uma forma de protesto, mas, também, uma proposta de renovação. Contudo, não logrei sucesso. Logo depois das eleições, em maio de 2000, fui designada membro da Câmara de Coordenação e Revisão, para um mandato de dois anos, uma experiência bastante enriquecedora.

No verão de 2002, durante o período de férias, eu chegara à conclusão de que não iria me candidatar novamente. O processo eleitoral todo é muito desgastante. Depois da Lei Orgânica, a eleição no Ministério Público ficou muito politizada. Estabeleceram-se grupos políticos informais

dentro do órgão: uns são a favor, outros, contra... naturalmente. E é tudo mais pessoalizado do que programático ou conceitual. Se você contribuiu num determinado momento com a gestão de um colega, ou apoiou outro em alguma pretensão, ficou vinculado para sempre, como se pertencesse àquele grupo.

Eu acho isso complicado. Não consigo funcionar nessa lógica. É claro que a eleição traz suas vantagens, pois ativa o processo democrático. Mas nos joga nesse torvelinho de disputas. Além disso, as pessoas em final de carreira teriam, em tese, mais experiência do que os promotores, que são a maioria dos membros e, hoje, podem se candidatar ao cargo de procurador-geral. Portanto, o processo eleitoral hoje promove a possibilidade de uma inversão hierárquica ao permitir a eleição de promotor. Então, tenho as minhas dúvidas sobre a conveniência do modelo que aí está.

Memória MPM – *Antes de comentarmos a campanha de 2002, posso lhe perguntar sobre as eleições de 2000?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Sim. Após os quatro anos de gestão [de Kleber de Carvalho Coêlho] surgiram algumas candidaturas. Eu me candidatei. O Péricles também o fez. Visitei todas as Procuradorias pelo país, arcando integralmente com as despesas da viagem e da hospedagem. Fui visitar todas as Procuradorias, conversar pessoalmente com cada colega, para apresentar minhas propostas. Nessas oportunidades, levava o meu programa e dizia que se o achassem deficiente, por algum motivo, havia outra ótima opção, que recairia sobre o Dr. Péricles. Eu dizia isso por respeitá-lo, por entender que ele realmente era um intelectual atuante no coração do Ministério Público, que tinha propostas inovadoras.

Nós, efetivamente, já desenvolvíamos conceitos em conjunto. Em maio de 1999, por exemplo, eu, como corregedora-geral, o Péricles, como vice-procurador-geral, o Nelson [Luiz Arruda] Senra, como coordenador da Câmara de Coordenação e de Revisão, e o Carlos Frederico [de Oliveira Pereira], subprocurador-geral, encaminhamos ao procurador-geral Kleber de Carvalho um projeto de resolução disciplinando o inquérito civil público e o procedimento de investigação preliminar no âmbito do Ministério Público Militar. A ideia era essencialmente do Péricles. A atribuição fora detalhada na Lei Complementar nº 75, de 1993, mas, sem a regulamentação, os procedimentos dos membros não eram uniformes. O Conselho Nacional do Ministério Público não existia ainda e disciplinou a matéria seis anos mais tarde. Nesse sentido, a iniciativa do MPM foi pioneira no âmbito do Ministério Público da União. O Dr. [Alexandre Carlos Umberto] Concesi relatou pertinentemente a nossa proposta junto ao Conselho Superior, que a aprovou por unanimidade.

Bem, voltando à campanha de 2000, como nunca consegui pensar nessa lógica de partido político, eu separava o Péricles do procurador-geral. Isto é, porque ele fora vice, naquela gestão, não significava que comungava com o modo de agir e pensar do procurador-geral. Eram pessoas diferentes. Ademais, nossa eleição se faz por meio de uma votação em três nomes. Os três mais votados formam a lista tríplice, que é submetida ao procurador-geral da República, chefe do Ministério Público da União, quem pode ou não escolher o mais votado.

Enfim, peregrinei por todo o Brasil. O Péricles não fez isso, optou por uma campanha diferente, editando um belo *folder* e um *site*, com as suas propostas. Foi uma campanha mais em gabinete, mas com propostas sólidas

e também inovadora na forma, porque ninguém nunca tinha feito um *folder* e um *site*. De todo jeito, era um momento de renovação no Ministério Público e nós dois tínhamos em comum o fato de estarmos assumindo a campanha baseada em propostas claras e modernas para a instituição.

A verdade é que, no dia seguinte, ao visitar uma Procuradoria, aparecia lá o procurador-geral e procurava desfazer minha campanha. Eu tinha a presunção e a ingenuidade de estar fazendo uma campanha baseada em ideias e propostas, mas, na prática, as coisas não estavam acontecendo assim. O detalhe é que ele fazia todas essas visitas financiado pelo erário, porque ocupava o cargo de procurador-geral e dava um jeito de imprimir um caráter oficial a esses deslocamentos.

Certa feita, para que se tenha uma ideia de como as coisas eram conduzidas, com dois pesos e duas medidas, fui visitar os colegas em São Paulo. O trânsito de São Paulo me deixava um pouco atordoada, amedrontada até, então perguntei ao colega se podia, excepcionalmente, mandar um carro me apanhar no aeroporto. Naquela época, carro oficial não existia. Havia apenas um veículo de serviço geral, tanto para transportar o procurador quanto para as tarefas administrativas. O colega prontamente se disponibilizou. Contudo, na véspera da minha chegada a São Paulo, ele me ligou se desculpando, porque haviam lhe telefonado de Brasília e o ameaçado com uma punição por improbidade administrativa se o carro fosse utilizado para me buscar no aeroporto. Foi uma mesquinharria!

Fiquei tão chateada que liguei para um amigo, procurador de Justiça de São Paulo, Epaminondas Barra, que na época presidia a Associação do Ministério Público Paulista e também integrava a direção da CONAMP.

O Barra, sempre gentil e brincalhão, ao invés de pedir para me buscarem, resolveu ir pessoalmente me esperar no aeroporto. Foi uma grata surpresa. Ele me levou para almoçar no *Sheraton Mofarrej*, que na época tinha um ótimo restaurante. Até hoje sou agradecida a esse querido amigo e colega.

Memória MPM – *E como foi a eleição?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Foi estranha. Belém foi a última Procuradoria que visitei. De volta a Brasília, no último dia aprazado para as inscrições, uma colega, que havia previamente declarado me apoiar, dizendo, inclusive, que não se candidataria por problemas pessoais que estaria enfrentando, me encontrou e falou: “Sabe da novidade? Inscrevi-me, vou me candidatar!”. Bem, é um direito que ela tinha. Mas a mudança de posição acontecia a uma semana das eleições, que campanha ela faria em uma semana? Ela não visitou nenhuma Procuradoria, não conversou com os colegas, não fez um *folder*, como o Péricles. Não tinha propostas. Nada! Dois dias depois, uma servidora da direção-geral, que era minha amiga, me disse: “Ah, Marisa, eu acho que você não vai nem entrar na lista.”. “Como!?”. “Porque eu estava falando com o doutor fulano, comentando que você voltara tão contente, eufórica até, de Belém e ele exclamou: ‘Ah, coitada, tenho pena da Dra. Marisa, porque ela não vai entrar nem na lista’.”. E, baseado em seu “*feeling* político”, ele teria feito uma previsão: em primeiro lugar, a colega que se inscrevera no último dia, em segundo, um colega promotor, do Rio de Janeiro; em terceiro, ou o Dr. Péricles ou a Dra. fulana, pois havia outra colega que também se candidatara. Foi exatamente esse o resultado, com o Péricles chegando em terceiro.

Memória MPM – *Eram quantos votos?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Eram 75 membros. Foi estranho. Os votos em que eu aparecia, estava também o Péricles e o colega do Rio. Eu até pedia votos para o Péricles, mas o colega do Rio não tinha nada a ver conosco. Após a votação, as cédulas eram remetidas por malote para a Procuradoria-Geral, guardadas num cofre, à espera da contagem.

Memória MPM – *E depois?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Evidentemente, eu tinha feito movimentações prévias para o caso de entrar em lista. Um ministro do Superior Tribunal Militar tinha marcado, para mim, uma audiência com o vice-presidente da República, Marco Maciel, de quem era muito amigo. Como não entrei em lista, falei para esse ministro que cancelaria a audiência; o que eu faria lá? E ele: “Marisa, você marcou uma audiência com o vice-presidente da República! Você vai, porque não se desmarca uma audiência com o vice-presidente!”. Ele até me buscou na Procuradoria-Geral e me deu carona no seu carro oficial. No caminho, me perguntou: “Marisa, o que você acha de a gente pedir pelo Péricles?”. Ele também gostava do trabalho do Péricles. “Ah, eu acho uma ótima ideia!”. Sim, era coerente com o que eu havia pregado durante a campanha. O vice-presidente Marco Maciel nos recebeu muito bem, simpático, me deu o maior apoio moral, explicando que ele mesmo se candidatara algumas vezes sem êxito. Falamos o nome do Péricles. O Marco Maciel sempre fora muito solícito com o Ministério Público e era parente do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, quem nomearia o nosso procurador-geral.

No dia seguinte, a candidata que saiu em primeiro lugar estava de “cara amarrada” porque eu tinha ido pedir em favor do Péricles. E daí?

Eu não tinha nenhum compromisso com ela. E tinha dito, durante toda a minha campanha, que se não quisessem o meu programa havia o dele, que era excelente. Mas gerou muita fofoca interna e foi um divisor de águas; a turma dela começou a me olhar atravessado, porque eu teria ido pedir pelo Péricles para o vice-presidente da República e não por ela. Porque ela seria a primeira mulher e as mulheres deveriam se apoiar mutuamente, coisa que eu não estaria fazendo... Um monte de coisas bobas! É por isso que não gosto da forma como se dá o nosso processo eleitoral interno.

Memória MPM – *E ela acabou sendo nomeada?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Sim. O procurador-geral empenhou todo o seu prestígio na sua nomeação.

Memória MPM – *Ou seja, era a candidata dele.*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Não sei se ele tinha efetivamente um candidato. Ele queria permanecer ligado à administração. Se alguém lhe tivesse oferecido o cargo de vice-procurador-geral, talvez o apoiaria. Acho que, nesse contexto, a colega lhe pareceu a opção menos ruim, mais manejável. Se ele não podia permanecer como procurador-geral, ou vice, tentaria se firmar como eminência parda. No dia em que saiu a lista tríplice, ele andava pelos corredores, falando alto para quem quisesse ouvir, em tom irônico e desafiador: “Nadaram, nadaram e morreram na praia!”. Enfim, um comportamento que não estava à altura do cargo, muito menos de alguém que presidira o processo eleitoral, porque é uma coisa deselegante de se fazer, não é?

Memória MPM – *Como as coisas se desenrolaram nos dois anos seguintes?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Pois é, também foi estranho.

Nós éramos assíduos, íamos todo dia à Procuradoria. A colega começou a se distanciar dos subprocuradores-gerais, pois creditava sua eleição apenas aos membros do primeiro grau.

Bem, ela não gostou de algumas intervenções que fiz no Conselho Superior e começou a dizer que eu estaria magoada, porque eu queria ter a honra de ser a primeira mulher na chefia da instituição e não lograra êxito. Sinceramente, nunca me passou isso pela cabeça! Jamais faria oposição gratuitamente, por despeito, pois acho que isso é irresponsabilidade institucional. Na política, temos de nos pautar por propostas, conceitos, valores. É isso o que determina o enunciado da crítica ou a construção de uma aliança. Eu jamais comunguei dessa visão estreita, que fixa a questão de gênero acima do debate programático e de seus resultados. Ninguém se torna uma candidata ou uma administradora espetacular só porque é mulher! Da mesma forma, ser a primeira mulher a chefiar uma instituição não é garantia alguma de que o desempenho administrativo seja louvável. Não acredito nessa solidariedade feminina que nivela por baixo.

Ademais, acho que o cargo de chefia institucional tem uma liturgia. O Kleber, inobstante as restrições que fazemos a aspectos do seu desempenho como procurador-geral, tinha, de positivo, uma grande preocupação com a liturgia do cargo. Nisso, ele estava certo. E creio, inclusive, que ele contribuiu muito nesse sentido para a valorização da instituição junto aos outros entes. Porque o Ministério Público Militar mal era lembrado pelos cerimoniais. A instituição mal aparecia. O Kleber deu-lhe mais visibilidade.

A propósito, acho que ninguém é 100% ruim ou totalmente bom. Não existem unanimidades. E se existirem, dificilmente seriam sinceras. Faço

minhas observações à ação de alguns colegas, no que se refere ao exercício das funções públicas que eles ocuparam, mas também reconheço o que eles agregaram de positivo. Pode parecer, para alguns, algo estranho criticar alguém que não pode contar a sua versão dos fatos. Mas quando se ocupa uma função pública, as pessoas fazem suas avaliações, porque as ações repercutem na memória e já passaram a fazer parte do público. Ademais, uma característica intrínseca do Ministério Público é, precisamente, a do debate livre de ideias. Imagino que outros entrevistados possam celebrar as pessoas cujas ações eu aqui questiono, bem como imagino que muitos critiquem a minha administração.

Então, como dizia, o cargo tem uma liturgia. O Ministério Público do Trabalho promovia, na época, umas cerimônias muito alinhadas, com arranjos de flores, ótimos jantares, mesa decorada. Todos elegantes, bem-trajados. Chegava a nossa representante, de sandálias, sem meias, cabelinho lavado e molhado. Acho que é falta de respeito com aquele que está oferecendo a festa. E tinha entrevista com a imprensa, o beija-mão do presidente da República no final do ano, uma série de situações nas quais era preciso estar apresentável. Mas era eu a criticada, por ser, como se dizia “muito glamorosa”.

Quando assumi como corregedora, reuni os membros que estavam tomando posse e já fui logo dizendo para as moças: “De hoje em diante, esqueçam minissaia, “tomara que caia”, decotes acentuados...”. Deixei-lhes bem claro que a Corregedoria nada tinha a ver com a vida e as opções pessoais de cada um. Se quisessem sair para dançar à noite, se vestir assim ou assado, seria da escolha de cada uma. Mas, no ambiente de trabalho, há uma postura a ser seguida. Isso tem a ver com aquilo que a própria sociedade espera da gente. Não vale apenas para as mulheres, mas para os homens também. Enfim, nesse aspecto eu e o Kleber concordávamos.

Memória MPM – *O Kleber foi vice da Adriana?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Não, ela não o nomeou para nada. Pelo contrário, depois que assumiu, deu uma sossegada nele. Acho que aquilo tudo que ele tinha feito, voltou. A aproximação dos dois tinha sido circunstancial. E, uma vez firmada no cargo, a colega não se sentiu mais compromissada com ele. Paradoxalmente, ele tinha muita articulação, muito trânsito político, dentro e fora da instituição, mas não era uma figura amada ou admirada, a não ser, talvez, por alguns poucos. De forma que, de repente, se viu isolado.

Depois de dois anos, ela tentou a reeleição. O Kleber também se inscreveu. Como disse, eu hesitei, decidi que estava farta daquilo, pois fora uma tremenda decepção aquele resultado depois de ter visitado todas as Procuradorias. Mas ninguém se apresentava. Ninguém queria. O próprio Péricles não quis se candidatar. Acabei cedendo à pressão dos colegas para que reapresentasse minha candidatura. O Kleber tinha, naturalmente, seus apoiadores, mas também enfrentava muita resistência na classe. Quanto à procuradora-geral, a tendência de quem está no posto é pleitear a reeleição. São raros os casos em que isso não acontece.

O resultado sagrou-a em primeiro lugar na lista. Fiquei em segundo e o Kleber em terceiro. Bem, aí veio o segundo tempo da nossa eleição. Havia uma indisposição grande da procuradora-geral com os comandos militares, porque não basta administrar a própria instituição, é preciso cultivar uma política institucional séria – que nada tem a ver com subserviência; isso nunca! Mas as relações com as Forças Armadas, com outros ramos do Ministério Público, com a magistratura, com os Tribunais, com a sociedade,

precisam ser amistosas, cordiais, com diálogo permanente. Não é preciso ter atitude submissa ao Tribunal, mas é necessário respeitar a instituição e seus membros, os ministros. O Kleber, por sua vez, estava enrolado com alguma pendência administrativa, pois respondeu a uma sindicância determinada pela procuradora-geral. O corregedor era o Dr. Péricles, que se pautou pela grande imparcialidade e correção. A sindicância restou arquivada, mas o Kleber sentiu o pulso da administração. De forma que o Dr. Geraldo Brindeiro me chamou e disse que iria me nomear. Dessa vez, eu não tinha pedido a ninguém. Alguns ministros do STM haviam revelado, para autoridades da República, que me preferiam. O Brindeiro achou por bem me nomear. Ele mesmo me disse que tinha se arrependido por, dois anos antes, não ter escolhido o Péricles. Ora, o procurador-geral da República não interfere na administração dos ramos do Ministério Público da União, mas se o chefe de um dos ramos produz atritos ou não consegue liderar seu ramo, resulta em dificuldades. O procurador-geral da República não quer problemas, não quer se incomodar com a rotina dos outros. Cada instituição tem de andar por si.

Bem, uma vez nomeada, declarei a todos que assumiria por um mandato de dois anos e não tentaria a reeleição: não ficaria nem um dia a mais. Estava convicta da procedência de algumas reformas que eu prometera em campanha e acreditava que, para implantá-las, seria preciso enfrentar desgastes. E sei bem que a recondução acarretaria em tergiversar diante de desafios, ou fazer vistas grossas para certos problemas. Até acho que um mandato de dois anos é pouco para se avançar em tudo o que se deseja; deveriam ser três. Mas recondução, de jeito nenhum!

Portanto, eu não estava perseguindo popularidade. Desejava, apenas, dar minha contribuição para o engrandecimento institucional, com base

naquilo em que eu acreditava, assim como aquelas pessoas que haviam votado em mim. Ora, o primeiro princípio é que no Ministério Público tudo tem de estar perfeitamente de acordo com a lei. A lei tem que ser cumprida à risca. Isto é, se vamos cobrar algo dos outros, lá fora, é preciso começar a respeitar a lei aqui dentro. Nós somos os fiscais da lei para nós, mesmo antes do que para os outros.

Pouco a pouco, fui colocando a casa em ordem. Mas isso me custou caro! Fui quase “excomungada” por alguns membros descontentes com medidas que adotei para sanar problemas administrativos do Ministério Público Militar.

Memória MPM – *Esses conflitos foram internos ou externos? Podemos falar um pouco deles?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Bem, ambos. Mas, internamente, acho que o desgaste foi maior. No início do meu mandato, teve o problema com o auxílio-moradia. Hoje é algo universalizado, todos recebem auxílio-moradia, legal e indistintamente. Mas, naquela época, exigiam-se certos pré-requisitos para a concessão do benefício, tais como não ter imóvel no local. Todo ano o procurador-geral deveria oficiar aqueles que recebiam o auxílio-moradia, no sentido de confirmar se realmente teriam ainda direito a recebê-lo. Minha surpresa foi que recebi alguns retornos insistindo na preservação do benefício mediante argumentos insólitos, tais como a casa adquirida pelo membro não estaria escriturada em seu nome, mas no da esposa. Ora, mas eles eram casados, moravam juntos! Outra argumentava que morava em um imóvel na Vila Militar, porque o esposo era militar. E daí? Era um imóvel da União, ela estava tendo o direito de utilizá-lo. Outro insistia em que morava no imóvel que pertencia aos filhos; um pequeno detalhe omitido é que os filhos eram

menores. Evidentemente que era uma forma de burlar o que a lei determinava para continuar recebendo o benefício. Outros colegas recebiam o auxílio, depois eram transferidos para outra localidade na qual tinham um imóvel, mas continuavam recebendo. Determinei a suspensão e a devolução dos benefícios auferidos indevidamente. É claro que foi um inferno e alguns passaram a me odiar. Eu achava que deveríamos zelar pela correta aplicação da lei, de forma que fui inflexível. Afinal, alguns anos depois, o auxílio-moradia foi estendido a todos os juízes e membros do Ministério Público, independentemente de posse ou não de imóvel no município de atuação.

Outro ponto de atrito teve relação com o período de férias. Eu fixei um período de férias padrão para todos, que convergia com o recesso do Tribunal. Me parecia uma coisa lógica que todos gozassem suas férias nessa época, em que o volume de trabalho é naturalmente menor. Mas isso gerou desconforto, porque alguns estavam acostumados a gozar suas férias em meses como abril, maio, enfim, quando havia muito mais serviço.

No final de minha gestão, houve, ainda, um conflito envolvendo a nomeação de uma colega. Ela havia sido aprovada no concurso em 1999, cuja validade estava para expirar. Como havia outro colega prometendo se aposentar, pediram-me para nomeá-la, deixando para lhe dar posse quando a vaga efetivamente surgisse, em função da referida aposentadoria. Entretanto, independentemente de seu mérito pessoal, que para mim não estava em questão, achei que não poderia agir dessa forma, porque a vaga não existia de fato.

Memória MPM – *Essa história repercutiu na imprensa da época. Houve um mandado de segurança que chegou ao STF e uma ação popular contra o procurador-geral da República, não é?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Sim. Os pedidos em favor da nomeação da colega tinham vindo até do procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, e o advogado de defesa dela era o ex-procurador-geral Aristides Junqueira. A colega entrara com um mandado de segurança para conseguir a nomeação, sustentando que o veto ao Art. 2º da Lei nº 8.975/1995 não alcançara o Art. 3º da mesma lei, o que faria o número de vagas para promotores passar para 42; mas a liminar havia sido indeferida pela ministra Ellen Gracie em setembro de 2003. Segui o entendimento da ministra. Não a nomeei, o que descontentou muita gente.

Logo depois de me afastar da chefia institucional, em abril de 2004, a nomeação saiu, só que o prazo de validade do concurso já tinha expirado havia sete meses. Achei que, por coerência, deveria questionar o ato e acabei interpondo uma ação popular contra o procurador-geral da República na Justiça Federal de Brasília. Foi concedida uma liminar suspendendo os efeitos da portaria de nomeação. Mas, depois de doze dias, a liminar caiu.

No STF, o julgamento do mandado de segurança foi suspenso com a nomeação, pois se entendeu que o mérito estaria prejudicado. Mas a defesa interpôs agravo regimental e o julgamento prosseguiu. Soube que, em 2011, o STF, contrariando a relatora ministra Gracie, entendeu que havia evidência da existência de um cargo vago, concedendo, portanto, a segurança, e, até onde sei, encerrando a questão.

Memória MPM – *E como ficaram as relações externas, com as outras instituições?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – De um modo geral, penso que melhoraram. Eu me preocupava bastante com a qualidade da nossa

comunicação institucional, de modo que criei a Assessoria de Comunicação, ASCOM. Contratei uma jornalista, passamos a editar *folders* e um boletim mensal informativo. As Procuradorias mandavam subsídios e todos ficavam sabendo, com fotos e artigos, o que os colegas estavam fazendo de norte a sul. A ASCOM foi uma iniciativa da minha gestão que muito me orgulha. Em 2002, ainda, lançamos um selo dos Correios em comemoração aos 82 anos de criação do Ministério Público Militar, uma ação que ajudava a projetar a instituição e sublinhava a sua tradição. Também articulamos um convênio com a *TV Justiça* e passamos a estar muito mais presentes na mídia, de forma propositiva, o que é importante, porque o nosso Ministério Público é pequeno, com uma atribuição específica e altamente especializada, o que o torna pouco conhecido.

E havia, na época, questões candentes e polêmicas, como o início da atuação do Exército nas favelas do Rio de Janeiro. Em princípios de 2003, determinei a instalação de uma investigação sobre a infiltração do crime organizado nos quartéis no Rio de Janeiro. Havia denúncias de desvios de armas dos quartéis. A procuradora Maria Ester Henriques Tavares e os promotores Ailton José da Silva e Ione de Souza Cruz, da Procuradoria do Rio de Janeiro, trabalharam seis meses nessa investigação.

Outro debate muito rumoroso, na época, era sobre o destino que se deveria dar ao célebre traficante apenas Fernando Beira-Mar: por uma questão de segurança, havia quem defendesse que ele fosse encarcerado em uma prisão militar, algo com o que não concordávamos. Havia, também, uma discussão sobre a lei de abate de aeronaves ilegais pelas Forças Armadas. Discutia-se, ainda, o assim chamado Estatuto do Desarmamento, que tinha impacto direto sobre a indústria bélica no Brasil. Temas, enfim, que

frequentavam a ordem do dia e eram muito debatidos nos meios jurídicos, pela imprensa e no Congresso Nacional.

Memória MPM – *Nesse caso específico do Estatuto do Desarmamento, salvo engano, havia um artigo que beneficiaria a indústria nacional. Falava-se em **lobby** organizado. A figura de um general, que chefiara durante seis anos a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, do Ministério da Defesa, gerava comentários na mídia, por ter sido empregado como consultor de uma empresa da área de armamentos depois de passar para a reserva...*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Nesse caso específico, dois generais chegaram a ser investigados, mas a notícia-crime foi arquivada por falta de lastros probatórios.

Logo depois de assumir, recebi uma visita inusitada, do comandante do Exército, general Gleuber Vieira, um homem preparado, que assina, por exemplo, traduções de livros do inglês para o português. Tomamos um chá e conversamos no gabinete. Ele não me pediu nada, mas lhe deixei bem claro que não pararia de atuar onde fosse necessário, pois se não cumprisse bem com minhas atribuições, nem mesmo o respeito das Forças Armadas eu teria. Durante minha gestão, ofereci denúncia contra dois oficiais-generais, instaurando os respectivos processos de ação penal originária. Havia muitos anos que não existiam processos dessa natureza.

Memória MPM – *Houve processo? Eles foram condenados?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Sim, o primeiro foi condenado, depois o Supremo Tribunal Federal acolheu recurso da defesa e o absolveu. Mas, a minha missão, eu cumpri. É aquilo que sempre falo: eu

não quero nem saber como vai terminar, eu quero saber é se cumpri a minha obrigação, o meu dever. Depois, cada um sabe o que tem que fazer, não sou eu que vou criticar. Já estava aposentada quando saiu a decisão de absolver, mal tomei conhecimento. Sobre o outro que denunciei, acompanhei algumas sessões no Tribunal, mas depois perdi o rastro do processo.

Memória MPM – *Eram o quê? Casos de peculato?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Um, era estelionato e o outro, peculato. O generalato e o alto comando das Forças Armadas é um funil. Quem chega lá é porque realmente tem lastro moral e conteúdo, isto é, tem honradez e conhecimento, além de usufruir de reconhecimento entre os superiores. Então, é muito difícil um alto oficial se envolver em algum delito. Na minha gestão, por coincidência, aconteceu isto duas vezes. Talvez leve anos para que um novo caso apareça. É raro. Nossos oficiais são, em geral, muito honrados.

Memória MPM – *E a rotina de trabalho, como era?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Às vezes, realmente era exaustiva. Chegava sexta-feira e eu falava: “Vou embora cedo para casa hoje, vou descansar”. Mas davam 18 horas, 19 horas e o telefone não parava. Surgia alguma urgência. Lá ficava eu até mais tarde. Dia sim, outro também. Foi trabalhoso, mas gratificante.

Uma face agradável eram os eventos e recepções nas Embaixadas, para as quais volta e meia éramos convidados. Certa vez, fui convidada para um jantar na residência do embaixador da China. Até comentei com o Péricles, que então era o corregedor-geral, que iria desistir de ir, porque, afinal, eu estava

tão cansada... Enfim, apesar de tentada, achei que seria deselegante declinar do convite na última hora. Ao lá chegar, estava escrito no cartão que informava o cardápio: “Jantar em homenagem a Dra. Marisa Cauduro, procuradora-geral de Justiça Militar”. Ninguém me dissera que seria em minha homenagem. Foi uma surpresa. Imagina se eu não vou!? As festas na Embaixada da França eram ótimas, assim como as recepções na Embaixada da Rússia. Com o pessoal da Hungria, nós tínhamos um excelente relacionamento. Inclusive, participei de um Congresso em Budapeste, de Justiças Militares, que reuniu representantes de 29 países. Foi uma viagem magnífica.

Memória MPM – *Existe algum outro país que tenha um Ministério Público parecido com o que atua no Brasil na área militar?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Penso que não, porque a maioria dos integrantes é composta por membros das Forças Armadas. A propósito, em minha gestão nós instituímos, também, um sistema de sorteio para definir quem teria a prerrogativa de integrar comitivas em viagens internacionais.

Memória MPM – *Como foi a eleição para a sua sucessão?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Não me candidatei, como prometera. Também não fiz campanha para nenhum pretendente. Simplesmente, saí do cenário político.

Memória MPM – *Quem compôs a lista tríplice?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – A Maria Ester Henriques Tavares, que foi nomeada; um colega de Recife... Mas não lembro mais, faz algum tempo...

Memória MPM – *Todos do primeiro grau?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Sim, eles fecharam a lista tríplice.

Memória MPM – *Houve campanha para fechar a lista tríplice?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Houve. A Maria Ester ficou quatro anos, sucedida pela Cláudia [Márcia Ramalho Moreira Luz], promotora de Justiça, que também permaneceu quatro anos. Finalmente, o Marcelo [Weitzel Rabello de Souza], que havia sido presidente da Associação, já nomeado subprocurador, conseguiu romper esse cerco do primeiro grau.

Memória MPM – *A senhora teve alguma vivência ou passagem pela Associação?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Não. Cheguei, uma vez, a me candidatar a vice-presidente, mas a chapa foi derrotada, isso antes de ser procuradora-geral.

Memória MPM – *E como foi a relação da sua gestão, de procuradora-geral, com a Associação? Foi construtiva?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Podia ter sido melhor. Logo no início do meu mandato, já se instalou um episódio peculiar. Em 2001, o Péricles apresentara, à então procuradora-geral Adriana Lorandi, um projeto de resolução que melhorava o texto que regulamentava o procedimento de diligência investigatória criminal, que havia sido aprovado em 1999, como comentei. Mas o assunto não avançou. Quando assumi a Procuradoria-Geral, em 2002, encontrei aquilo lá parado e resolvi dar andamento. Novamente, a

matéria foi aprovada por unanimidade no Conselho Superior. Dessa vez, entretanto, houve resistência de setores da classe. Alguns membros entenderam ser inconstitucional a revisão, pela Câmara de Coordenação e Revisão, do arquivamento eventualmente praticado no primeiro grau. Em razão disso, a Associação Nacional do Ministério Público Militar patrocinou um mandado de segurança no foro federal, perdendo, como não poderia deixar de ser, a causa. O juiz disse que a regra era indispensável para o interesse social, além de fundamental para garantir a transparência da instituição. Hoje, isso é considerado óbvio e plenamente assentado, mas, na época, foi um grande debate.

Não foi o único episódio em que se verificou oposição da Associação. Em 22 de agosto de 2003, um enorme incêndio, seguido de explosões, destruiu o foguete brasileiro que seria lançado três dias depois na base de Alcântara, no Maranhão. O objetivo da missão era colocar em órbita um microssatélite meteorológico do INPE [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais]. Morreram, no sinistro, 21 técnicos e cientistas brasileiros altamente capacitados. É evidente que isso atrasou o programa espacial do país em uma década, pelo menos. Uma semana depois do acontecido já surgiam, nos jornais, algumas notinhas sugerindo que poderia haver algo mais por trás daquele acidente, como uma sabotagem. A base de Alcântara é considerada o melhor espaçoporto do mundo, pela proximidade geográfica à linha do Equador, o que garante economia de 30% no combustível necessário para o lançamento de foguetes. Os Estados Unidos haviam tentado um tipo de arrendamento da base três anos antes, sem sucesso, pois as cláusulas de salvaguardas tecnológicas foram consideradas ofensivas à soberania nacional pelo Senado Federal, depois de aprovadas pelo Executivo. Além disso, é restrito o clube de países capazes de lançar satélites no espaço: a questão é econômica e estratégica.

Enfim, pertinentes ou não os rumores, justamente em função da gravidade dos fatos e da proporção do acidente, a Aeronáutica havia designado um general para promover o IPM e solicitou que indicássemos um membro para assessorá-lo. Por se tratar de um general, concluí que deveria indicar um subprocurador-geral. Indiquei dois: o Péricles e o Carlos Frederico. A Associação, que, no meu entendimento, deveria nos apoiar num momento tão delicado, promoveu manifestação de repúdio à designação, alegando se tratar de uma usurpação da competência do primeiro grau. Não era, porque, afinal, o encarregado do inquérito não era um coronel, mas um general.

De qualquer sorte, criou-se uma situação constrangedora, de forma que tanto o Péricles, quanto o Carlos Frederico pediram para serem afastados da atribuição. Não lembro quem assumiu o assessoramento – acho que alguém de uma das Procuradorias do Rio de Janeiro. Afinal, o inquérito concluiu que tudo não teria passado mesmo de um infeliz acidente causado por uma falha elétrica. Mas isso nunca convenceu todo mundo. Por exemplo, aquele jornalista norte-americano, correspondente do *New York Times* no Brasil, Larry Rohter, que ficou célebre por provocar uma nota de repúdio da Secretaria de Imprensa da Presidência da República em 2004, escreveu não entender como os brasileiros aceitaram uma conclusão, que resultou de investigação interna da Aeronáutica, sem ter constituído uma comissão independente. Sem nenhum demérito ao trabalho então realizado pelo colega do primeiro grau, mas foi mais ou menos isso que eu estava pensando quando indiquei dois subprocuradores-gerais: uma comissão composta por membros do segundo grau.

Durante minha gestão, a propósito, houve outro episódio envolvendo o Centro Tecnológico Aeroespacial. Recebi uma denúncia anônima que sugeria que se admitia ter, de fato, havido um arrombamento da porta de

acesso à dependência específica, na qual se simulava o lançamento de foguetes, oportunidade na qual supercomputadores foram destruídos, gerando prejuízo e atrasando o programa espacial brasileiro. O brigadeiro-comandante não tomou as providências policiais cabíveis diante de danos de monta. Por requisição nossa, um inquérito acabou sendo aberto. Designei o Péricles para assessorá-lo. Afinal, não se identificou autoria. Mas a tese de sabotagem era plausível, porque havia indícios efetivos de arrombamento.

Enfim, posso dizer que precisei enfrentar a oposição da nossa Associação de classe em mais de uma oportunidade. O que, aliás, foi incomum, pois, em geral, a Associação se alinha à Procuradoria-Geral.

Memória MPM – *Quem eram os membros de sua equipe de trabalho?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – O Dr. Edmar Jorge de Almeida foi vice-procurador-geral, um colega culto, espiritualizado e idealista. O Péricles Queiroz foi corregedor-geral no período, dando sequência a iniciativas importantes, como as correições e os estágios probatórios, e instituindo outras, como as vistorias às prisões. A minha gestão preocupou-se muito em apoiar as iniciativas da Corregedoria-Geral e em fortalecer o órgão. O coronel-aviador Pedro Alvarenga, que havia sido secretário nacional de Segurança Pública, foi um diretor-geral competente, honesto e ágil, garantindo nossa tranquilidade administrativa. A chefe de gabinete se chamava Berta, mas ela não chegou ao final da gestão.

Memória MPM – *Chegou a presidir a Câmara de Coordenação e Revisão?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Não, fui apenas membro.

Memória MPM – *O que lhe parece fundamental para conseguir constituir uma candidatura viável a procurador-geral dentro do sistema que existe hoje? Passar pela Associação, por exemplo?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Sim, hoje em dia é bem importante, porque o presidente da Associação tem muita comunicação com todos os membros. Nos outros Ministérios Públicos, a maioria dos procuradores-gerais foi presidente de Associação.

Memória MPM – *No Ministério Público Militar, as mulheres ficaram doze anos consecutivos no comando da instituição. Isso confirmaria que, diferentemente de outras instituições, no MPM não há nenhum tipo de barreira para as mulheres se alçarem à Alta Administração?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Sim, não há barreira alguma. O que lamento é que, algumas mulheres, poderiam se empenhar mais em prol do trabalho e da instituição. Mas isso também vale para os homens: há aqueles que são mais engajados, outros que são menos.

Memória MPM – *Como foi a aposentadoria?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Depois que saí da chefia institucional, continuei com minha rotina de trabalho, normalmente. Aí eu e o Péricles resolvemos assumir nosso relacionamento. Fomos ao cartório e assinamos um contrato de união estável. Em 2006, precisei me afastar, porque me diagnosticaram com câncer. Foi um período bastante difícil. O Péricles foi muito parceiro, um grande companheiro, me ajudou muito. Não saiu do meu lado e, ainda assim, não descurou de suas atividades profissionais. O Péricles é muito dinâmico: hoje se envolve em várias atividades, como a Câmara

de Coordenação e Revisão, a curadoria acadêmica dos cursos da Escola Superior do Ministério Público e, agora, o Projeto Memória. Muitas das ideias que ele imprimiu naquele *folder* seguem atuais e sendo revisitadas pelos candidatos na atualidade.

Eu retornei ao trabalho em 2007, mas em 2009 veio outro câncer. Não foi metástase, foi um novo. Foi um baque. Afastei-me novamente. Como nós, em Brasília, somos poucos membros, quando um se afasta por longo período, os outros ficam sobrecarregados. Por isso, decidi me aposentar em 2010.

Memória MPM – *E quanto às medalhas, a senhora recebeu alguma?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Sim, certamente. Fui admitida ao Grau de Alta Distinção pela *Ordem do Mérito Judiciário Militar*, em 11 de fevereiro de 1998 e admitida na Ordem no Grau de Grã-Cruz em 1999, também pela *Ordem do Mérito Judiciário Militar*. Fui, ainda, admitida no Corpo de Graduados Especiais, da *Ordem do Mérito Aeronáutico*. Sou muito grata a essas honrarias.

Memória MPM – *Mais alguma coisa que a senhora gostaria de deixar registrada?*

Marisa Terezinha Cauduro da Silva – Apenas agradecer pela oportunidade e pela tarde agradável, além de parabenizá-los pela iniciativa do Projeto Memória.